

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP

Belo Horizonte

2011

FABIANE RAQUEL OLIVEIRA ASSUNÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^ª Grazielle Mariano Batista Maia

Belo Horizonte

2011

FABIANE RAQUEL OLIVEIRA ASSUNÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Grazielle Mariano Batista Maia (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

RESUMO

Tendo a escola, obrigação de atender necessidades específicas da comunidade, na qual encontra-se inserida, necessita construir sua própria identidade, através do Projeto Político Pedagógico.

Nessa construção, além do comprometimento, pautamos nos: princípios, finalidades, intenções e objetivo da educação brasileira, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que reconhece na escola o espaço educativo e, nos profissionais da educação competências que lhes dá a garantia de participar da elaboração deste.

Partindo da autonomia, foi estimulada e assegurada a participação do gestor, professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade local para a discussão do trabalho pedagógico, para que a escola cumpra seu papel social.

Foram diversos os desafios: reunir todos os segmentos; identificar e mostrar a diferença entre os desafios de natureza individual daqueles de natureza profissional.

Nosso trabalho foi baseado no princípio de que lidamos com problemas de diversas naturezas, que devem ser discutidos por todos. Registramos ações, identificamos desafios e agrupamos-os em: pedagógicos, administrativos, financeiros, jurídicos e, em coletivos e individuais; mediamos conflitos.

Primando pela qualidade, empenhamos na organização curricular; valorização profissional; criamos estratégias para diminuir repetência e evasão: Plano de Interpretação Pedagógica, recuperação paralela, avaliações diagnósticas, uso de estratégias diferenciadas.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico, Gestão democrática, Construção Coletiva.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	DESENVOLVIMENTO.....	6
	2.1 Problematização.....	7
	2.2 Objetivos.....	7
	2.2.1 Objetivo Geral.....	7
	2.2.2 Objetivos específicos.....	7
	2.3 Justificativa.....	8
	2.4 Metodologia.....	8
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	11
5	ANEXO	12

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Belmiro Batista Miranda

1 - INTRODUÇÃO

Sabendo que a escola tem obrigação de preocupar-se em atender às necessidades específicas da comunidade na qual encontra-se inserida, planejando seu trabalho a médio e a longo prazos, com a finalidade de construir uma identidade própria, entendemos que só se adquire essa identidade própria com a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Construir o PPP demanda paciência, dedicação e comprometimento de todos os segmentos envolvidos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9.394/96- estabelece as diretrizes que definem os princípios, as finalidades, as intenções e os objetivos da educação brasileira e as bases referentes aos níveis e às modalidades de ensino, aos processos de decisão, às formas de gestão e às competências e responsabilidades relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no país.

De acordo com a LDB, existem três grandes eixos relacionados à construção do PPP: o eixo da flexibilidade, o eixo da avaliação e o eixo da liberdade e, foi baseado nesses três eixos que partimos para a construção do PPP da nossa escola, visando sempre a melhoria da qualidade do ensino e o sucesso da aprendizagem dos nossos alunos, pois acreditamos que o verdadeiro projeto educativo visa sempre o educando, preparando-o para a vida, para os níveis mais elevados de ensino e também para o trabalho, garantindo-lhe dignidade e cidadania.

Portanto, vislumbramos caminhar para alcançar a escola de nossos sonhos partindo do contexto histórico em que ela se insere, realizando pequenas mudanças no dia-a-dia, pois com pequenas mudanças gradativas realiza-se grandes mudanças que acontecem no mundo em todos os aspectos, exercendo assim o papel fundamental da escola para a construção de uma sociedade mais justa.

2 - DESENVOLVIMENTO

Na construção do PPP da nossa escola, levamos em consideração que a LDB reconhece na escola o espaço educativo e, nos profissionais da educação competências que lhes dá a garantia de participar da elaboração do seu PPP.

É partindo dessa autonomia garantida pela lei que surge a autonomia construída na escola, estimulando e assegurando a participação de gestores, professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade local na discussão do trabalho pedagógico, em sentido mais amplo e fazendo com que a escola cumpra o seu papel social.

2.1- Problematização

A experiência no dia-a-dia tem nos mostrado como é importante todos os segmentos da escola caminharem juntos, procurando resolver os problemas que aparecem e criando novas alternativas para a melhoria da educação no nosso país. Assim, o trabalho realizado pelos vários segmentos da escola tem se mostrado de fundamental importância e valor.

Nos deparamos com diversos desafios para a construção do nosso projeto pedagógico. Um deles foi conseguir reunir todos os segmentos da nossa comunidade escolar, principalmente os professores, visto que estes, por terem garantido o seu direito ao acúmulo de cargos, nem sempre possuem disponibilidade, pois necessitam de um salário mais digno. Outro problema foi identificar e mostrar a diferença entre os desafios de natureza individual daqueles de natureza profissional, onde nós gestores temos a possibilidade de acompanhar as interações que se mantêm no espaço escolar; do uso que fazem dos recursos didáticos disponíveis, de formas de reflexão e ações propostas.

2.2- Objetivos

2.2.1- Objetivo Geral

- Promover a construção coletiva do PPP, articulando-o às várias formas de planejamento da escola.

2.2.2- Objetivos Específicos

- Propor a elaboração do PPP a partir da sua realidade local.
- Justificar a importância do trabalho coletivo na construção do PPP.

- Nortear a organização do PPP voltado para o sucesso e a aprendizagem dos alunos, visando sua permanência na escola, evitando evasões.
- Reconhecer a importância da relação teoria-prática.
- Identificar as dimensões presentes na elaboração coletiva do PPP
- Levantar coletivamente regras que orientem a construção do PPP.
- Analisar a realidade da escola em suas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.
- Discutir e levantar as concepções do coletivo da escola em relação ao pedagógico.
- Definir as ações, bem como os seus responsáveis pela execução dessas e os recursos para a implementação do PPP.
- Elaborar os planos de ação da escola baseados no PPP.
- Considerar as características organizacionais e o contexto da escola na elaboração do PPP.
- Utilizar o PPP como instrumento inovador da prática pedagógica e da proposta curricular.
- Relacionar as ações do PPP com as políticas educacionais da sistema público de ensino.

2.3- Justificativa

Nós gestores lidamos com problemas de diversas naturezas no cotidiano escolar. São problemas desafiadores que precisam ser discutidos por todos os segmentos que possuem conhecimentos, ideias e valores diferentes que podem enriquecer a vivência coletiva da instituição educacional. É essa diversidade que torna o processo de construção do PPP rico e dinâmico, estruturando o seu trabalho e assegurando, acima de tudo, o sucesso dos alunos e o atendimento das necessidades educativas da comunidade. Pensamos então, que este é o caminho para que se cumpra o papel da escola como instituição social.

2.4- Metodologia

Por entendermos que a prática da gestão democrática constitui um dever para todos os educadores que atuam nas escolas e nos sistemas públicos de ensino do Brasil é que tivemos o maior empenho na elaboração do PPP da nossa escola.

Iniciamos o nosso trabalho com um registro sistemático da ação desenvolvida, identificando os desafios do dia-a-dia, agrupando-os de acordo com a sua natureza: pedagógicos, administrativo, financeiros e jurídicos diferenciando-os em coletivos e individuais.

Esse tipo de registro nos permitiu identificar o pensamento dos profissionais, levando-os a refletir sobre a sua atuação profissional e permitiu-nos fazer um acompanhamento da evolução dos seus desafios profissionais.

Após essa etapa, discutimos por que estes desafios permanecem, como se relacionam e quais as suas conseqüências para o bom desempenho das atividades desenvolvidas na escola.

Com o decorrer do tempo, durante a elaboração do nosso PPP nos centramos em, primeiro lugar, na realidade local da nossa escola, não deixando de observar com cuidado os três grandes eixos diretamente relacionados à sua construção, propostos pela LDB. O primeiro eixo é o da flexibilidade, que dá autonomia à escola de organizar o seu próprio trabalho; o eixo da avaliação onde observa-se os vários níveis do ensino público e o eixo da liberdade que se expressa no âmbito do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e da proposta de gestão democrática do ensino público, que cada sistema de ensino definirá.

Durante a elaboração do nosso PPP surgiram alguns conflitos, porém, foram mediados, visto que, existem interesses de segmentos diversos e é essa heterogeneidade que enriqueceu bastante o nosso trabalho, pois assegurou em primeiro lugar, o sucesso dos alunos e o atendimento das necessidades educativas da nossa comunidade. Foi um trabalho coletivo voltado para uma visão compartilhada da escola, onde o grupo criou novas dinâmicas de trabalho que estão interferindo positivamente nos rumos da escola.

Não nos esquecemos ao elaborar o nosso PPP, além de voltá-lo para a autonomia que garante a qualidade do ensino, também empenhar na organização curricular e na valorização dos profissionais da educação. Temos a maior consciência de que a qualidade de ensino está literalmente relacionada à valorização do profissional do magistério. Reconhecemos que após a formação inicial é necessária a formulação continuada, para os professores em exercício, para que possa ajudá-los no aperfeiçoamento de sua própria prática.

No decorrer das nossas atividades, procuramos sempre lembrar que todo projeto é passível de mudanças e temos que estar sempre bem dispostos e abertos a possíveis mudanças que venham a ocorrer, para melhor é claro.

Também foram discutidas as várias concepções dos vários segmentos para depois definirmos uma ação compartilhada que traduzisse aquilo que o grupo considera prioritário para o trabalho na escola iria desenvolver e as pessoas ou os segmentos que iriam realizá-las.

Somente definindo coletivamente as alternativas mais adequadas para a superação dos desafios presentes no cotidiano, discutindo e aproveitando as propostas apresentadas é que se consegue a implementação do PPP. Porém, é necessário que os envolvidos procurem avaliar se estão realmente apontando soluções criativas e realistas para superar as dificuldades identificadas, para que o PPP não perca o seu verdadeiro significado.

Criamos estratégias para diminuir o índice de evasão da escola onde abordamos critérios, princípios e procedimentos que orientarão as decisões tomadas no processo de planejamento e que serão expressas no plano de ação. Assim, o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) que já se faz presente em nossa escola, terá continuidade, pois é uma ação que leva em conta o tempo de aprendizagem do aluno; e sabemos que os alunos aprendem em tempos diferentes. A recuperação paralela ao longo do ano letivo tem se mostrado eficiente para a maioria dos nossos alunos. As avaliações serão sistêmicas e diagnósticas para verificar o nível de aprendizagem dos alunos, utilizando-se estratégias de atendimento diferenciado para sanar as dificuldades evidenciadas.

Sabemos que o PPP representa o funcionamento da escola e é uma conquista do coletivo dessa escola, como um instrumento de organização e luta por uma escola de maior qualidade. Na última Conferência nacional de educação (Conae), realizada no Primeiro semestre deste ano, o projeto político-pedagógico foi um dos temas em destaque. Os debatedores lembraram e reforçaram a idéia de que sal existência é um dos pilares mais fortes na construção de uma gestão democrática. “Por meio dele, o gestor reconhece e concretiza a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações, Além disso, a equipe assume a responsabilidade de cumprir os combinados e estar aberta a cobranças”, aponta Maria Márcia Sigrist Malacvasi, coordenadora do curso de Pedagogia e pesquisadora do Laboratório de observação e Estudos Descritivos da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Loed/Unicamp).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos durante o tempo de construção do Projeto Político Pedagógico da nossa escola que este é um processo compreendido por três etapas interligadas. Uma não se conclui sem a outra, pois sem o diagnostico da realidade da escola, sem o levantamento das

concepções dos vários segmentos da comunidade escolar e sem a programação das ações a serem desenvolvidas pelo conjunto, não teríamos concluído o nosso PPP.

Podemos ter a certeza de que o PPP é o eixo norteador das questões como: articulação e função social da escola e demandas da comunidade; promoção, articulação e envolvimento da ação das pessoas no processo de gestão escolar; promoção do sucesso da aprendizagem do aluno e a sua permanência na escola; construção e desenvolvimento dos princípios de convivência democrática na escola; gerenciamento dos recursos financeiros e do espaço físico e do patrimônio escolar; desenvolvimento da gestão dos funcionários e avaliação do desempenho institucional da escola. “O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos,” diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire São Paulo.

Esclarecemos que durante essa elaboração, que foi um longo período de tempo, passamos por um processo constante de avaliação corrigindo, sempre que se fazia necessário, ações que chegávamos à conclusão de que não eram viáveis e nem funcionais. Pretendemos com essa atitude desenvolver um PPP que saísse do papel e circulasse por toda a escola.

Transformar a escola num lugar onde se desenvolvem novas experiências e competências é a nossa parcela de contribuição para melhorar nossa sociedade. Esse é um desafio de todos: diretor, pais, professores, alunos e funcionários. Pois, tornar realidade para todos uma educação básica de qualidade é a principal finalidade do nosso trabalho. Acreditamos que: “o homem só pode tornar-se homem pela educação. Ele é o que a educação faz dele” (Kant)

4 - REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

BICUDO, M. A. V. e SILVA JÚNIOR, Celestino Alves (Orgs.). Formação do Educador e Avaliação Educacional: a organização da escola e do trabalho pedagógico. v. 3. São Paulo: Unesp, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Gestão em Rede. Brasília: CONSED, n°22, ago. 2000.

COSTA, S. B. (Org.). Gestão Educacional e Descentralização. São Paulo: Cortez/ Fundap, 1996.

- GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: Conferência Nacional de Educação para Todos, 1. Anais. Brasília: MEC, 1994.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: LDB n° 9.394/96 – BRASÍLIA: MEC, 1996.
- OLIVEIRA, D. A. (Org.). Gestão Democrática da Educação: desafios Contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SETÚBAL, M. A. Cidadania, projeto pedagógico e identidade da escola. In: Revista Atualidades Pedagógicas. Cadernos Educação Básica (9), MEC/FNVAP, 1994, p.31-39.
- SILVA, A. C. B. Projeto Pedagógico: instrumento de gestão e mudança; Limites e possibilidades. Belém: Unama, 2000.
- SOUSA, J. V. de. Avanços e recuos na implantação do projeto político pedagógico em rede de ensino. In: RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves e VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.
- VALE, J. M. F. Projeto Pedagógico como Projeto Coletivo. São Paulo: Unesp, 1995.
- VASCONCELOS, C. dos S. Planejamento: plano de ensino- aprendizagem e projeto educativo-elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.
- LOPES, N. PPP na prática. In: Revista Nova Escola. Gestão Escolar (11), 2010/2011, p.22-28.

5 – ANEXO

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL BELMIRO BATISTA
MIRANDA**



escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
BELMIRO BATISTA MIRANDA
Povoado Garimpo do Bandeira

Educação Infantil e Ensino Fundamental

ABIGAIL FERREIRA DA SILVA PEREIRA
DEI FERREIRA DE PAULA MENDES
FABIANE RAQUEL OLIVEIRA ASSUNÇÃO
ONEIDE GERALDA FERREIRA

Frutal, 2010



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
BELMIRO BATISTA MIRANDA
Povoado Garimpo do Bandeira

*Trabalho acadêmico apresentado à Sala Vivencial do
Curso de Formação de Gestores da UFMG - Universidade Federal de
Minas Gerais. Orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira
e da Professora, Grazielle Mariano Batista Maia.*

Frutal, 2010

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	FINALIDADES DA ESCOLA	7
3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
3.1.	ADMINISTRATIVA	9
3.1.1.	Colegiado Escolar	9
3.1.2.	Direção	9
3.1.3.	Estrutura Física	10
3.1.4.	Recursos Financeiros	10
3.1.5.	Secretaria	11
3.1.6.	Serviços Gerais	11
3.2.	PEDAGÓGICA	12
3.2.1.	Supervisão Pedagógica	14
3.2.2.	Corpo Docente	14
3.2.3.	Corpo Discente	15
3.2.4.	Atendimento Educacional Especializado	15
4.	CURRÍCULO	15
4.1.	Os Conteúdos Curriculares	17
4.2.	O Currículo na Educação Infantil	17
4.3.	O Currículo no Ensino Fundamental	19
4.3.1.	O Currículo nos anos iniciais (regime de Ciclos)	20
4.3.2.	O Currículo nos anos finais (regime de seriação)	21
5.	TEMPO ESCOLAR	21
6.	PROCESSOS DE DECISÃO	24
6.1.	Colegiado Escolar	25
6.2.	Conselho de Classe	25
7.	RELAÇÕES DE TRABALHO	26
8.	AVALIAÇÃO	28
8.1.	Recuperação Paralela	30
8.2.	Progressão Continuada	31
8.3.	Progressão Parcial	31

8.4. Classificação	31
8.5. Reclassificação	32
8.6. Plano de Intervenção Pedagógica	32
8.7. Avaliações Sistêmicas ou Externas	33
8.8. Avaliação Institucional	33
8.9. Avaliação do Projeto Político Pedagógico	33
9. CONCLUSÃO	34
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

"...a instrução é necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos".

[Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão](#), 1789, Artigo XXII

Nome: Escola Municipal Belmiro Batista Miranda

Modalidades de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental

Diretora: Abigail Ferreira da Silva Pereira

Endereço: Praça Saulo Prata, 262 - Povoado Garimpo do Bandeira

Localização: Zona Rural

e-mail: embbmfrutal@hotmail.com

Telefone: (34) – 3425-4133

CEP: 38200-000

Município: Frutal / Minas Gerais

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Frutal

Secretaria Municipal de Educação

Superintendência Regional de Ensino: N° 39 - Uberaba/MG

Níveis e modalidades de ensino ministrado: Educação Infantil e 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

A Escola Municipal Belmiro Batista Miranda funciona em sede própria e iniciou suas atividades educacionais no ano de 1969, com o curso de 1ª a 4ª série do ensino do 1º grau, e era denominada Escola Municipal João Pinheiro. A partir de 1996, passou a ser denominada Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, conforme o parecer nº 320/96 de 12/04/96. Teve sua autorização publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 26/04/96 sob Portaria nº 471/96 para seu funcionamento com o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries.

A clientela atendida pela escola é voltada unicamente para atividades rurais, com um nível sócio-econômico de baixa renda e com grau de instrução que não chega à sua maioria, à 4ª série do Ensino Fundamental.

A escola oferece a Educação Infantil para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e o Ensino Fundamental de nove anos com vistas à valorização do conhecimento das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade local. A valorização e incorporação desta cultura no

Currículo é fonte valiosa para a prática pedagógica em relação aos fatores vinculados às características sócio-culturais da comunidade na qual a escola está inserida.

A escola possui atualmente, 144 alunos matriculados, divididos nas seguintes turmas:

➤ **Educação Infantil**

1º Período: 06 alunos

2º Período: 08 alunos

➤ **Ensino Fundamental**

Ciclo da Alfabetização: 1º Ano: 12 alunos

2º Ano: 17 alunos

3º Ano: 14 alunos

Ciclo Complementar: 4º Ano: 11 alunos

5º Ano: 18 alunos

Anos Finais - Seriação: 6º Ano: 21 alunos

7º Ano: 19 alunos

8º Ano: 06 alunos

9º Ano: 12 alunos

O quadro de funcionários consta do seguinte:

Docentes: 19 docentes (todos são habilitados sendo alguns efetivos e outros contratados).

Especialista: 01 supervisora pedagógica (anos iniciais).

Outros Profissionais: 02 Auxiliares de Secretaria, 06 auxiliares de serviços gerais, 01 Zelador e um 01 Vigia.

A escola desenvolve o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção Humana, atendendo os alunos em jornada ampliada.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Belmiro Batista Miranda objetiva a efetivação de ações desenvolvidas juntamente com a comunidade escolar, que venham assegurar aos alunos a “formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em

estudos posteriores”, conforme artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

“A escola necessária para fazer frente às nossas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato com os alunos, com a cultura, aquela cultura provida pela técnica, pela linguagem, pela ética. Especialmente, uma escola contra a exclusão política, cultural, pedagógica.

Libâneo

As finalidades da Escola Municipal Belmiro Batista Miranda estão de acordo com o Art. 2º da LDB 9394/96, como segue:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A escola se coloca como instrumento de contextualização e globalização dos saberes para a formação crítica e política de seus alunos, tendo-os como sujeitos e objetos do processo de ensino e aprendizagem. Tem por finalidade desenvolver o ser humano para ter condições de inserir-se positiva e ativamente no mundo do trabalho, da cultura, das relações humanas e sociais, de exercer dignamente a cidadania e ser capaz de agir conscientemente na transformação da realidade dessa sociedade tão complexa que vivemos.

No processo de ensino e aprendizagem não é adotada uma só maneira de ensinar por respeitar que cada aluno possui recursos distintos e um conjunto de necessidades especiais de aprendizagem. Assim, o fazer pedagógico procura se ajustar, tanto quanto possível, não só às possibilidades individuais, mas também às limitações de cada aluno, considerando suas idéias, experiências pessoais, estilos de aprendizagem, ritmo, capacidades, interesses e preferências na tomada das decisões didático-pedagógicas. Como organizador de seu próprio conhecimento, o aluno é colocado no centro desse processo, por isso, a realização das aprendizagens escolares não se dá pela valorização de atividades mecânicas e

repetitivas, mas por atividades que mobilizem o seu envolvimento afetivo, cognitivo e psicossocial, ao mesmo tempo em que interage com outros.

Quanto à avaliação, é tida como meio que revela o nível do desempenho dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, norteando a necessidade de intervenção e reflexão sobre a ação pedagógica, sinalizados pelo “erro” ou “acerto” que apontam como melhorar a práxis educativa. Entende-se que as produções dos alunos se transformam, progridem enquanto ocorre o processo de aprendizagem e os objetivos assumem o papel primordial, pois só um fazer consciente pode saber onde deseja chegar com registros precisos das ações das crianças em situações significativas elaboradas pelo professor, sendo um instrumento para a formação contínua do aluno e do processo de ensino e aprendizagem.

Problemas sociais, dos mais variados tipos, aparecem na escola, evidenciando desamparo social e a perspectiva de um futuro sem muitas esperanças. O professor sente-se desafiado a educar em meio a essas situações e ajudar os alunos a superar seus problemas. Mas como não é possível resolver tudo na escola e como menciona Luciola Licínio de C. P. Santos “a educação sozinha não pode assumir a solução dos problemas sociais” a escola acredita em parcerias com outros órgãos e que políticas públicas voltadas para a promoção do homem, são meios para ajudar a superar esses problemas. Os educadores estão em busca de novos rumos didático-metodológicos, na tentativa de superar as dificuldades, para atender essa clientela diversificada, reflexo da sociedade complexa em que vivemos.

Após análises, discussões, avaliações diagnósticas e estudos pela equipe pedagógica e administrativa, sobre a realidade da escola e a sua finalidade em oferecer um ensino de qualidade, foi decidido que o currículo escolar contemple as características sociais e culturais dos alunos. Além da adoção dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, Cadernos do CEALE (anos iniciais), Guias do Alfabetizador (Ciclo da Alfabetização), CBC (Conteúdos Básicos Comuns) dos anos finais do Ensino Fundamental e dos Livros Didáticos, como suporte para a estrutura da prática pedagógica e dos projetos educativos, que os Temas Transversais ligados à ética; meio ambiente; orientação sexual; pluralidade cultural; saúde; trabalho e consumo sejam utilizados como enriquecimento curricular, pois apontam os desafios da educação nacional e também da realidade do nosso município e de nossa comunidade escolar.

O presente Projeto Político Pedagógico direciona a Escola no exercício de suas atividades e vem expressar seu compromisso na construção de uma nova realidade educacional, o homem como sujeito histórico-cultural, convergindo para aspectos considerados essenciais à plena realização do ser humano. Nessa concepção a Escola busca orientar o aluno para que ele possa ser o condutor de seu próprio conhecimento, sujeito de sua história e agente de transformação social.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. ADMINISTRATIVA

3.1.1. Colegiado Escolar

A gestão na Escola Municipal Belmiro Batista Miranda é constituída pela Diretora e Colegiado Escolar.

A Escola tem como prática a tomada de decisão coletiva no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras.

O Colegiado Escolar é o órgão máximo da escola com função de natureza consultiva, deliberativa e de monitoramento em assuntos referentes às questões administrativas, pedagógicas e financeiras, tendo por finalidade atuar como o mediador dos anseios da comunidade. É regido por estatuto próprio e articula suas ações com os profissionais da educação, preservando a especificidade de cada área de atuação, tendo por objetivo atender o aluno em seus direitos à educação.

3.1.2. Direção

A diretora tem a função de ser articuladora política, pedagógica e administrativa da escola, devendo propor, mediar, operacionalizar e acompanhar o pensar e o agir político-pedagógico-administrativo, além de responsabilizar-se pela organização do cotidiano escolar.

De forma coletiva a gestão é desenvolvida com a participação de todos os segmentos da escola na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, nas

decisões e encaminhamentos, procurando fortalecer o Colegiado Escolar e caminhar rumo a uma autonomia administrativa, financeira e pedagógica, resguardando a legislação em vigor. A abertura para o diálogo constitui a forma de crescimento da escola em todos os seus âmbitos educacionais.

3.1.3. Estrutura Física

A escola funciona em um prédio de 849 metros quadrados, construído de material pré-moldado, sem escadas, num terreno de 1644 metros quadrados.

Possui 07 salas de aula (equipadas com carteiras, cadeiras para todos os alunos, mesa e cadeira para professor, ventiladores e armários), 01 biblioteca (com acervo literário adequado às diversas faixas etárias, mesas e cadeiras), 01 cantina (pequena e sem ventilação e precisa de reforma urgente, contém fogão, freezer, geladeira e demais utensílios), 01 despensa (adaptada à cozinha, pequena e precisa de reforma urgente) 01 refeitório (pequeno), banheiros masculinos e femininos para alunos (sendo um de cada com acessibilidade), 01 galpão coberto, 01 laboratório de informática (com computadores para os alunos e acesso à internet), 01 secretaria (com todos os arquivos, pastas e livros de registros necessários, armários, computador e impressora), 01 sala para professores (pequena e abafada, falta ventilador e precisa ser ampliada urgente), 01 banheiro para funcionários (para ambos os sexos).

Dispõe de equipamentos como: computadores e internet, data show, aparelhos de som, vídeo e DVD, jogos pedagógicos variados. Todos os equipamentos e materiais pedagógicos são utilizados para que nenhum aluno seja excluído do direito à escola de qualidade e, quanto mais cedo tais recursos forem utilizados, mais rápido os direitos serão alcançados.

3.1.4. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros, movimentados pela Caixa Escolar, são adquiridos pelo repasse anual do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e de rendas obtidas por meio de festas e eventos, promovidas pela escola e doações voluntárias. A escola foi contemplada, no ano de 2009, pelo PDE Escola/MEC, obtendo recursos para melhoria do desempenho escolar.

A Caixa Escolar tem como finalidade assegurar ao aluno a possibilidade de estudo e de eficiência na aprendizagem, bem como seu ajustamento social e atendimento de sua individualidade. O aluno gozará de toda assistência escolar, conforme estatuto próprio. Os recursos são aplicados de acordo com plano aprovado pelo Colegiado Escolar, observando-se as instruções de legislação específica. As famílias e todos os representantes da comunidade escolar serão estimulados a participarem na obtenção de recursos, com contribuições espontâneas e eventos festivos.

Os recursos financeiros servem para a aquisição de mobiliário e equipamentos, manutenção e custeio, visando em primeiro lugar o atendimento ao aluno, na garantia de um ensino de qualidade. A cantina escolar tem função educativa, de acordo com as normas do Estatuto da Caixa Escolar. A escola faz a prestação de contas de todos os recursos que entram e depois de aprovada pelo Colegiado Escolar é enviada para a Secretaria Municipal de Educação, fica também à disposição para conhecimento de qualquer pessoa da comunidade escolar.

3.1.5. Secretaria

Toda escrituração escolar tem como objetivo obter o melhor no mínimo tempo, da forma mais clara e precisa possível. As atividades executadas são de responsabilidade da Secretária Escolar (servidora efetiva, autorizada pela SRE - Uberaba) e da Auxiliar de Secretaria que realizam os serviços de escrituração e de atendimento ao público em geral, vistas também como educadoras.

3.1.6. Serviços Gerais

Os serviços de conservação e limpeza, feitos diariamente, visam à higiene e conservação do patrimônio, preparo e distribuição da merenda escolar para oferecer um ambiente agradável, organizado e promovedor de um ensino de qualidade. À equipe de serviços gerais, formada pelos auxiliares de serviços gerais, vigia e zelador, cabe também desempenhar um papel de educador.

3.2. PEDAGÓGICA

Tendo em vista os fins da Educação Nacional, segundo Art. 1º e 2º da LDB 9394/96, a Escola Municipal Belmiro Batista Miranda compreende que educar não consiste apenas transmitir conteúdos, mas em desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de forma a construir o saber, sobretudo o saber social. O aluno é o sujeito desse processo que visa a sua formação integral: biológica, material, social, afetiva, lúdica, estética, cultural, política, dentre outras, cuja articulação escola x transformação social permeia esse saber para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

Após análises das avaliações diagnósticas pela equipe pedagógica e administrativa, sobre a realidade da escola e a sua finalidade em oferecer um ensino de qualidade, o currículo escolar deverá contemplar as características sociais e culturais dos alunos e ter como suporte os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais/MEC, Cadernos do CEALE, Guias do Alfabetizador (anos iniciais) e CBC - Conteúdos Básicos Comuns (anos finais)/MG e livros didáticos, bem como os Temas Transversais/MEC como enriquecimento curricular, pois apontam os desafios da educação nacional e também da realidade do município e da comunidade escolar.

A Escola também se compromete com a inclusão e procura desenvolver uma pedagogia específica, voltada para alunos com necessidades educacionais especiais, através de uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação não excludente, promovendo o convívio com a diversidade cultural, hábitos e costumes, respeitando as competências e as particularidades de cada aluno. Aproveitará todos os momentos escolares para garantir uma convivência saudável entre todos os alunos, educadores, funcionários e pais, promovendo uma inserção de fato no universo social, que favoreça o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e permitindo a formação de vínculos afetivos. A estes alunos é feito o Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI) que é um instrumento norteador da prática pedagógica e fundamental para o preenchimento da Terminalidade Específica (certificação de conclusão de escolaridade) que, mesmo com os apoios e adaptações necessárias não alcançaram os resultados de escolarização previstos nos Artigos 32 e 35 da LDB nº 9394/96.

Na concepção de aprendizagem, a escola entende que esta não acontece apenas no espaço da sala de aula, mas também, nas práticas e relações desenvolvidas em toda a sociedade. A práxis pedagógica é desenvolvida por meio de uma pedagogia de projetos que possibilita a interdisciplinaridade e a ação coletiva de toda a equipe pedagógica. Entre outros, são desenvolvidos os seguintes Projetos Pedagógicos:

- **Cultura de Paz:** voltado para a aprendizagem emocional em que os alunos aprendem a criar valores pela consciência e caminhar em direção à harmonia e paz nas relações humanas. Tem por objetivo implantar a cultura de paz e não violência na escola com o envolvimento de toda a comunidade escolar.
- **Educação Patrimonial:** Conhecer a história do Povoado e resgatar os valores da localidade, estabelecendo conexão entre o passado, o presente e o futuro.
- **Projeto Reforço Escolar:** Atender individualmente os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, a partir de seus conhecimentos já adquiridos, visando corrigir etapas que foram “queimadas” em seu percurso escolar e resgatar a autoestima e a confiança em aprender.
- **Projeto Gincana Cultural:** Promover a cooperação entre alunos, educadores e pais de forma solidária, incluyente, lúdica e criativa com a realização de várias tarefas educativas.
- **Projeto Leitura:** Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância das práticas de leituras e produções de textos, despertando o prazer de ler e escrever.

A formação da criança na Educação Infantil está voltada para a construção de sua própria imagem, da descoberta de sua identidade pessoal e social, bem como de sua socialização e interação com o meio, incorporando as convenções sociais necessárias à vida em comum e ao exercício da cidadania, onde o lúdico permeará toda essa ação educativa.

O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, conforme o Art. 32 da LDB nº 9394/96 e é organizado da seguinte forma:

I. Ciclos de formação básica (anos iniciais)

- a) Ciclo da Alfabetização – com a duração de três anos de escolaridade, corresponde ao 1º ano (alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 30 de junho do ano em curso), ao 2º ano e ao 3º ano;
- b) Ciclo Complementar – com a duração de dois anos de escolaridade, corresponde ao 4º e ao 5º ano.

II. Regime de Seriação (anos finais) – 6º, 7º, 8º e 9º ano.

A escola possui 19 professores que atendem dez turmas. Destes, dez professores atendem as turmas da Ed. Infantil e dos anos iniciais, e nove professores, atendem as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental.

3.2.1. Supervisão Pedagógica

A supervisão pedagógica é voltada para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem articulado ao trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: ensino de qualidade. Tem a finalidade de delinear com o corpo docente e a comunidade escolar o Projeto Político Pedagógico.

3.2.2. Corpo Docente

O corpo docente é formado pelos professores, diretora, supervisora pedagógica e psicopedagoga. O professor tem papel fundamental na escola, pois é o mediador do processo de ensino e aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades do aluno, rumo a sua própria autonomia. É o responsável pela intencionalidade educativa presente em todas as relações existentes, através de planejamentos e constante avaliação. O corpo docente interage com todos os segmentos da escola, tendo o aluno como o centro de todas as suas ações e da sua postura profissional.

As atuais mudanças na educação são fundamentadas em teorias que priorizam o respeito aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem que exigem do educador uma capacitação constante e uma avaliação crítica do ato de ensinar. Essa capacitação deve ter como finalidade, formar profissionais de educação enquanto agentes de mudanças, envolvidos os avanços globalizados do conhecimento, das ciências e das técnicas da educação.

3.2.3. Corpo Discente

O aluno é um ser concreto e histórico - um ser social, contextualizado no tempo e no espaço, produtor da sua história. Seu crescimento e desenvolvimento estão articulados aos conhecimentos culturais, familiares e religiosos já adquiridos.

A escola visa oferecer uma formação para que o aluno tenha condições de inserir-se positiva e ativamente no mundo do trabalho, da cultura, das relações humanas e sociais, de exercer dignamente a cidadania e ser capaz de agir conscientemente na transformação da realidade em que vive.

3.2.4. Atendimento Educacional Especializado

Constituído por uma equipe de especialistas - psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social e psicopedago - lotados na Secretaria Municipal de Educação, atendem a escola de acordo com cronograma específico. Tem como funções, assessorar e apoiar o corpo técnico e docente, promover o diagnóstico de alunos com dificuldades de aprendizagem graves e com necessidades educativas especiais, com vistas ao encaminhamento ou a alguma programação específica e de dar atendimento às famílias desses alunos. A assistente social atende a escola todas as vezes que é solicitada. A psicopedagoga atende os alunos uma vez por semana na escola e os alunos que necessitam do atendimento fonoaudiológico e psicológico são atendidos na SME; alguns alunos são atendidos na APAE, três vezes por semana. A escola é responsável pelo acompanhamento destes alunos e a SME disponibiliza o transporte.

4. CURRÍCULO

O Currículo é um instrumento contextualizado, histórica e culturalmente determinado e construído por um processo dinâmico em que seus componentes são agrupados em um todo mais amplo e sujeito à reelaboração para a organização dos saberes vinculados à construção da cidadania.

O Currículo reflete a forma de organização do trabalho na Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia empregada no processo educativo, que segue a Portaria nº 01/2008 da Secretaria Municipal de Educação para sua implementação, tendo por princípios:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e, a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca, em que se assenta a vida social.

A concretização do currículo acontece na sala de aula no momento em que o professor elabora seu planejamento de forma flexível, adequando-o ao grupo específico de alunos e de suas necessidades, garantindo uma distribuição equilibrada das aulas, organização dos conteúdos, definição de prioridades, seleção de material e elaboração e execução de projetos.

O uso do laboratório de informática visa propiciar a experimentação da tecnologia computacional como forma de aprimorar a prática educativa. O computador é tido como instrumento pedagógico que favorece maior oportunidade ao aluno na formação do seu próprio conhecimento e na apropriação crítica e criativa da tecnologia computacional. Ao elaborar os projetos pedagógicos e organizar os eventos esportivos, culturais e artísticos, a escola o faz, tendo um fim didático que oportunize novos conhecimentos que serão integrados aos conteúdos, com diversas maneiras de ensinar, favorecendo a interação aluno/professor. A implementação do currículo favorece atividades interdisciplinares e estudo de temas transversais, de modo a interagir os conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

Todos os recursos materiais e didáticos existentes na escola serão utilizados para desenvolvimento curricular, tendo o corpo docente e a diretora como responsáveis. Os pais e a comunidade serão envolvidos sempre que possível nesse processo. Dessa forma a escola espera melhorar o desempenho dos alunos, levantar dados e informações necessárias ao replanejamento das ações, identificar nos conteúdos, pontos críticos que necessitam de atenção imediata para promover a

melhoria da aprendizagem, fazer a intervenção pedagógica, unir esforços para tornar realidade as atividades planejadas e conseguir um melhor rendimento no contexto geral da escola.

O Currículo compreenderá estudos sobre Direitos das Crianças e dos Adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13/07/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, que deverão ser trabalhados dentro e fora da sala de aula, com uso de material adequado.

4.1. Os Conteúdos Curriculares

A escola procura preparar o aluno para elaborar pensamentos autônomos e críticos, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Dentro dessa concepção, o currículo é articulado em torno de eixos básicos, selecionando conteúdos significativos com vistas às competências e habilidades que se pretende desenvolver para cada ciclo e ano escolar. Os conteúdos serão trabalhados de forma contextualizada e articulados com as experiências de vida do aluno, problematizando temas relacionados à saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e linguagens, podendo ser ministrados de forma interdisciplinar, objetivando uma interação entre as áreas do conhecimento, os temas transversais e a educação de valores humanos.

4.2. O Currículo na Educação Infantil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 coloca a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, atribuindo-lhe como finalidade: “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”, (Art.30). Assim, a Escola busca propiciar situações que possam contribuir para a garantia da igualdade de tratamento e de respeito às diferenças.

O Currículo na Educação Infantil seguirá os princípios dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/MEC, de forma contextualiza ao modo de vida, manifestações culturais, religiosas e ambientais, no sentido de que as crianças:

- I. Desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social;
- II. Tenham suas capacidades ativadas para operar com símbolos, idéias, imagens e representações que permitem atribuir sentido à realidade, reorganizando o conhecimento que possui;
- III. Promovam aproximações a um determinado conhecimento, para elaboração de hipóteses e para a manifestação de formas originais de expressão.

Os conteúdos curriculares, de acordo com os Referenciais/MEC, compreendem dois âmbitos a serem desenvolvidos na Educação infantil:

- **Formação Pessoal e Social**: refere-se às experiências que favorecem a construção da criança para o desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, seus esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesma, abarcando um eixo de trabalho denominado **Identidade e Autonomia**.
- **Conhecimento de Mundo**: refere-se à construção de diferentes linguagens pelas crianças e às relações que estabelecem com os objetos de conhecimento, trazendo uma ênfase em relação a alguns aspectos da cultura. O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorecem a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e idéias das crianças, propicia a interação com os outros e facilita a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos ao longo da vida. Este âmbito abarca os seguintes **eixos de trabalho**: Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática.

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças, a qualidade das experiências que contribuem para o exercício da cidadania deve estar embasada nos seguintes princípios:

1. O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
2. O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
3. O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;

4. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
5. O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A construção da leitura e da escrita, bem como o desenvolvimento do raciocínio lógico, terá como recurso pedagógico o ambiente alfabetizador, a ser ministrado de forma lúdica, para não “forçar” uma alfabetização “mecânica” nesta modalidade. A vivência do lúdico permeará toda a prática educativa, para que as crianças tenham desenvolvimento saudável e sem “queimar” as etapas do aspecto cognitivo e sensório-motor, importantíssimas ao seu desenvolvimento integral.

4.3. O Currículo no Ensino Fundamental

De acordo com os ensinamentos de Luckesi, a escola procura transformar os conteúdos abstratos em conteúdos vivos, concretos sem fugir da realidade social, seguindo a tendência progressista crítico – social dos conteúdos. Busca assim, envolver o aluno em uma perspectiva social, para encontrar as soluções dos problemas existentes em sua comunidade ou na realidade do seu cotidiano, quando o professor estará relacionando-os aos componentes curriculares.

O Currículo no Ensino Fundamental tem uma Base Nacional Comum, complementada por uma Parte Diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, previstos na legislação em vigor. O Ensino Religioso será trabalhado de modo em que os alunos possam perceber e refletir sobre a importância da vida e da criação e sobre a necessidade de se estabelecer uma cultura de paz e não violência. A Educação Física será trabalhada de modo em que o aluno possa participar de diversos tipos de jogos, aprendendo a respeitar as regras e ter disciplina e respeito à individualidade de cada um. A Literatura Infantil é trabalhada como parte diversificada e contribui para o desenvolvimento da leitura, como promoção da criatividade da produção escrita. O ensino de Artes será ministrado de forma a promover o desenvolvimento cultural, oportunizando aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal. O ensino da música será integrado a Artes, de forma lúdica e prazerosa. A temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena será abordada no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas de História e Artes.

A disciplina Técnicas Agrícolas faz parte da Matriz Curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, considerando os aspectos sociais, culturais, religiosos e ambientais da clientela da escola.

4.3.1. O Currículo nos anos iniciais (regime de Ciclos)

Nos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental, o currículo destina-se à formação integral do aluno, variando em conteúdo e método, segundo as fases do seu desenvolvimento. Tem como fundamentação metodológica, o princípio cíclico da vida com respeito à individualidade e do ritmo próprio de desenvolvimento do aluno.

Articulada à alfabetização e letramento, a programação curricular será estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, partindo dos mais simples aos mais complexos.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura. Na área da Matemática, espera-se que sejam capazes de compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos e resolver operações matemáticas com autonomia. Os conteúdos de Ciências, História e Geografia serão ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à matemática, crescendo em complexidade ao longo do Ciclo.

O Ciclo Complementar, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever dará continuidade às atividades pedagógicas, de modo a assegurar que ao seu final, todos os alunos sejam capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical. Na área da Matemática, espera-se que os alunos sejam capazes de dominar e compreender o uso do sistema de numeração e os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais com precisão, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas. Os conteúdos de Ciências, História e Geografia serão ministrados de forma a: desenvolver o pensamento crítico dos alunos frente aos problemas sociais, políticos e econômicos; de reconhecer os fatos no tempo e

espaço que acontecem; de compreender as relações estabelecidas entre a coletividade local, comparando-as com o passado e o presente; de identificar as ações do poder público na comunidade e de adquirir uma postura crítica diante do aspecto do consumo. A questão ambiental contemporânea será trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções para a preservação do planeta e do ambiente onde vive.

4.3.2. O Currículo nos anos finais (regime de seriação)

Do 6º ao 9º ano do ensino Fundamental, os componentes curriculares serão desenvolvidos:

1. Na vida cidadã, através da articulação entre vários dos seus aspectos como: a saúde; a sexualidade; a vida familiar e social; o meio ambiente; o trabalho; a ciência e a tecnologia; a cultura; as linguagens.
2. Nas Áreas de Conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Geografia; História; Artes; Educação Física; Ensino Religioso; Língua Estrangeira.

A Escola visa a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, sendo necessário também a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, do fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância, situados no horizonte da igualdade são considerados importantíssimos para essa formação cidadã.

5. TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal Belmiro Batista Miranda tem como concepção que a melhor organização e utilização do tempo escolar serão destinadas para ensinar e

aprender, pois o aluno tem o direito a ter seu tempo escolar ocupado com um ensino de qualidade.

Este aspecto é levado em conta quando a Escola elabora seu Calendário Escolar, seguindo o determinado nos Art. 23 e 24 da LDB nº 9394/96 e procurando atender às conveniências da comunidade para posterior aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino de Uberaba / MG.

O ano letivo possui 200 (duzentos) dias letivos, com carga horária de oitocentas horas anuais, de trabalho escolar para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. A Escola encerra o ano escolar após ter cumprido o estabelecido no Calendário Escolar e as aulas somente são suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida.

Do Calendário Escolar constam:

- Início e término do ano escolar e do ano letivo;
- Os dias letivos;
- Os dias destinados ao planejamento escolar à capacitação dos professores e reuniões do conselho de classe;
- Os dias destinados à matrícula;
- Os feriados e os períodos de férias e de recesso;
- As programações culturais, cívicas e pedagógicas da escola e do município.

Dias letivos são aqueles em que os professores e alunos estão envolvidos em atividades escolares de caráter obrigatório relacionadas com o processo ensino-aprendizagem, independente do local onde elas se desenvolvam com 04 (quatro) horas diárias para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental – Regime de Ciclos. Nos anos finais do Ensino Fundamental, as quatro horas diárias são divididas em módulo-aula de 50 (cinquenta), num total de de 05 (cinco) módulo-aula por dia.

Dias escolares são os dias destinados às atividades de planejamento, atualização, pesquisa, produção coletiva, formação permanente, participação em reuniões, eventos e outras atividades inerentes à prática educativa.

A Escola aproveita os intervalos de aulas, os recreios e os períodos de entradas e saídas dos alunos para a realização de diagnóstico através da observação, com o objetivo de planejar atividades formadoras, visando desenvolver a autonomia; a responsabilidade pessoal e social; a auto-estima; a solidariedade e a

afetividade; o relacionamento pessoal e interpessoal; a valorização do outro e o respeito às diferenças.

Alguns períodos são percebidos na escola como períodos especiais, como no início do ano letivo, momento de organização das turmas e professores, expectativas com relação ao novo ano escolar que se inicia. Os alunos são recebidos com alegria por todos os educadores que procuram motivá-los e fazer da escola um ambiente acolhedor, principalmente para com as crianças da Educação Infantil que estão chegando pela primeira vez. Esse período é marcado pelas novidades que chegam e as relações que se formam entre todos, alunos, pais, educadores e funcionários. As matrículas são realizadas obedecendo as determinações da Emenda Constitucional nº 14/96 das Leis Federais nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 e 9.424/96 de 24 de dezembro de 1996.

A frequência escolar é um aspecto relevante na escola. O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar, para aprovação, em pelo menos 75% do total da carga horária prevista. A escola tem o dever de zelar pela assiduidade de seus alunos às aulas, adotando para tanto, medidas preventivas no decorrer do ano letivo. Nos casos de infrequência, deverá comunicar os pais, e não resolvendo a situação, comunicar as autoridades competentes (Ministério Público e Conselho Tutelar) para providências cabíveis e acompanhamento da família. No caso de desempenho satisfatório do aluno e de frequência inferior a 75% no final do período letivo, a escola usará o recurso de reclassificação.

Os candidatos provenientes de escolas do país ou do exterior que não concluíram o Ensino Fundamental serão classificados nesta escola, após processo de avaliação para posicionamento no ano escolar, conforme nível de desempenho. No caso de transferência de alunos para outro estabelecimento, o histórico deve conter informações sobre sua vida escolar, inclusive a carga horária cumprida, para fins de classificação ou reclassificação, incluindo aspectos descritivos do seu nível de desempenho.

A escola, assessorada pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, criará estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolar, visando o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Belmiro Batista Miranda procura ter o envolvimento e a participação da comunidade nos processos de decisão, com o desenvolvimento de ações colegiadas, que visam à democratização da gestão e o fortalecimento de sua unidade escolar, pois acredita que “a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e prática”, VEIGA, 1997, por DOURADO.

O envolvimento dos pais, da comunidade e a participação direta da equipe escolar nos processos de decisão leva em conta que as decisões tomadas sejam para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de todos os alunos. Ter espaço para o processo de decisão coletiva na escola possibilita o diálogo em torno das diversas situações que surgem nas áreas administrativa, pedagógica e financeira, onde os participantes tomam ciência de assuntos tão relevantes para o fortalecimento da instituição como um todo.

Ao analisar sobre o processo de ensino e aprendizagem, os professores chegaram à conclusão de que as famílias estão alheias aos processos educacionais e que é necessário propor atividades de envolvimento das mesmas com a escola, no sentido de que venham a entender melhor esse processo e de que forma, mesmo dentro de suas limitações, poderão ajudar os filhos a obterem melhor desempenho escolar. Os pais, por sua vez entendem que é preciso fazer algo mais e aos poucos vão percebendo que a escola é um local que eles também poderão fazer suas colocações e serem ouvidos.

Dessa forma a Escola vai construindo os processos de decisão coletivamente onde o aluno também tem lugar nesse espaço. Ao perceber que o diálogo é a base desses processos e que as decisões visam garantir o melhor para ele, o aluno sente mais confiança e sabe que poderá expor suas ideias e que será ouvido. Esses processos acontecem nos órgãos colegiados que tem poder de decisão na Escola.

6.1. Colegiado Escolar

O Colegiado Escolar tem como objetivo a participação de educadores, servidores, alunos e família na gestão escolar e no fortalecimento da autonomia da escola. Os membros do Colegiado Escolar, titulares e suplentes, são indicados pela comunidade escolar, por segmentos e mediante processo de eleição, para um mandato de dois anos, em datas e períodos fixados na escola. Cabe ao Colegiado dar parecer sobre o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Calendário Escolar, o processo de ensino e aprendizagem e das avaliações internas e externas. Buscar estratégias que promovam o desenvolvimento da comunidade escolar, propor e aprovar parcerias entre a escola / comunidade / instituições públicas ou ONGs. Propor e acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola. Decidir questões de interesse de aluno ou de seu familiar, quando não implicar em pronunciamento de competência exclusiva do sistema de ensino.

6.2. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é constituído por todos os professores da escola, pessoal técnico, psicopedagoga que atende a escola, supervisora pedagógica e pela diretora. Tem por objetivo a análise coletiva do processo de ensino e aprendizagem, servindo de fórum para definir sobre o desenvolvimento do trabalho de maneira flexível, que mobilize interesse, ative a participação, desafie o pensamento, instale o entusiasmo e a confiança, possibilite acertos, valorize os avanços e melhore a auto-estima dos alunos, tornando significativo e bem-sucedido o processo de ensino e aprendizagem. Sempre que necessário, o Conselho de Classe poderá convidar alunos e pais para participar de suas reuniões. A Escola promoverá um mínimo de quatro reuniões do Conselho de Classe ao longo do ano letivo, conforme registro no Calendário Escolar ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário. As reuniões do Conselho de Classe terão sentido se vier a se configurar como espaço não da análise do desempenho do aluno, mas também do desempenho da própria escola e a proposição de novos rumos para a ação educativa.

Embora não tenha Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres formados, a Escola espera tê-los em breve para fortalecer ainda mais os órgãos colegiados. Assim, os órgãos colegiados, articulados com os membros que o

compõem, são fundamentais para a construção da escola democrática ser quer construir.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

“E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão.”

Paulo Freire

Um ambiente escolar harmonioso e respeitoso é fundamental para o desenvolvimento de boas relações de trabalho, mesmo com tantas opiniões e pessoas diferentes é possível haver a unidade em meio às diversidades, pois o consenso é a forma de fazer prevalecer a tomada de decisão do grupo. Assim, a Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, procura ser um espaço de sociabilidade que fortaleça as relações de trabalho para que os profissionais se unam em torno de um objetivo comum a todos, oferecer um ensino de qualidade. A educação sendo uma atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais inclusive no trabalho, os profissionais desta escola, cada um na sua função e no exercício de seus papéis, são também educadores em potencial.

As reuniões administrativas e pedagógicas realizadas na escola, além de cumprir pauta previamente determinada são aproveitadas para fortalecer as relações de trabalho. São momentos oportunos para “troca de figurinhas”, mesmo que haja divergências de opiniões. Essas divergências são levadas para um sentido positivo e é estabelecido o respeito em ouvir as opiniões de todos para se chegar a um consenso comum. Dessa forma o grupo vai se amadurecendo nas relações de trabalho e o clima de harmonia vai ganhando força, apesar das divergências de opiniões.

O papel do professor é o de mediador do conhecimento, pois ele planeja, viabiliza, propõe, coordena e avalia o processo de realização das atividades desenvolvidas e através destas interações, os conhecimentos significativos vão sendo apropriados pelos alunos. Conforme Saviani escreve no seu texto *Escola e Democracia* (1983), “o professor deve antever com certa clareza a diferença entre o ponto de partida e ponto de chegada do processo educativo”... “Sem o que não seria

possível organizar e implementar os procedimentos necessários para se transformar a possibilidade em realidade”. O professor deve estar sempre atento para que seus alunos reflitam e refaçam o que for preciso, além disso, deve questionar e desafiar seus alunos para que estes levantem dados, hipóteses, e procurem encontrar formas para realizar o que foi proposto. Conduzir estas contribuições individuais, numa perspectiva coletiva, elevando o conhecimento a níveis mais elaborados, é um dos papéis mais importantes do professor, pois a educação não é um ato isolado ou neutro e o professor possui uma dimensão política que o leva a querer ir além de ser apenas um transmissor do conhecimento.

O papel do aluno é o de produtor da sua história e agente transformador. Seu crescimento e desenvolvimento estão articulados aos processos de apropriação de conhecimento disponível em sua cultura. O aluno precisa adquirir habilidades e competências para enfrentar o dia-a-dia, pois só conseguirá desenvolver bem em sua plenitude quando articular bem as suas múltiplas potencialidades e o conhecimento escolar é fundamental nesse processo. A escola acha importante discutir com os alunos as normas de conduta que eles devem observar. A escola, como parte constituinte da sociedade, acaba por se tornar o seu reflexo. Por isso, o convívio com regras e normas no ambiente escolar irá contribuir de forma significativa para a formação plena do cidadão. Com base nestes e em outros princípios o papel do aluno não poderia deixar de ser interativo, envolvido e co-responsável por todo trabalho desenvolvido na escola em prol de um ensino de qualidade. Por isso a escola é vida, onde o aluno vivencia diferentes relações e interações de maneira contextualizada, sem perder de vista sua totalidade, contradições e transformações.

A diretora da Escola tem um papel político-pedagógico que implica na criação de espaços de gestão democrática, onde a gestão se efetive por meio de processos de articulação entre todos os que compõem a comunidade escolar. Compete à diretora, dentre outros, o papel de articuladora e incentivadora da participação e de ações colegiadas na escola.

As relações de trabalho construídas na escola tem caráter pedagógico e visam contribuir para a melhoria do ensino em prol do desenvolvimento integral do aluno e também para o desenvolvimento de um grupo de profissionais éticos e comprometidos com uma educação de qualidade.

8. AVALIAÇÃO

De acordo com a portaria nº 01/2008 da Secretaria Municipal de Educação, “a escola deverá acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias de atendimento diferenciado para sanar as dificuldades evidenciadas”, pois a avaliação nos aponta que o sucesso do aluno é resultado de ações desenvolvidas pela escola.

Na Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, a avaliação é integrada ao processo de ensino e aprendizagem e consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno em relação a indicadores de desempenho, definidos pela escola.

Tendo em vista o redirecionamento da ação pedagógica para a construção do conhecimento, a concepção da avaliação será:

- **Processual** – ocorre contínua e permanentemente no decorrer do processo de aprendizagem para verificação do desenvolvimento do aluno, como avanços, dificuldades e possibilidades;
- **Dinâmica** – utiliza diversos instrumentos e procedimentos para um melhor conhecimento e acompanhamento do aluno nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores;
- **Problematizadora** – investiga o desenvolvimento e a necessidade do aluno para intervenção na realidade; tornando se auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem e ainda levanta dados para a compreensão do processo e para a reflexão do professor sobre sua prática pedagógica.

No início do ano letivo é feita a avaliação diagnóstica da aprendizagem, cujo resultado serve para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa em cada turma escolar.

Em todos os seus aspectos e instrumentos, a avaliação deve ser para o aluno o ponto de partida para formação de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades de avanço. A avaliação da aprendizagem deve ser diagnóstica, contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Na apreciação de aspectos qualitativos é levada em conta a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, a capacidade de análise de síntese, além de outras habilidades, devendo ser evitado a

aferição de dados apenas memorizados e nos aspectos quantitativos que dizem respeito ao volume de aprendizagem e de conhecimentos adquiridos. Por aspectos qualitativos entende-se o interesse, assiduidade, participação, estética, capacidade do aluno de se relacionar em grupo e a autoavaliação, instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino aprendizagem. Por aspectos quantitativos entende-se com um índice de aproveitamento entendido como limites de desenvolvimento dentro dos parâmetros estudados, no entanto, não possui caráter punitivo ou de instrumento para retenção do aluno.

A avaliação do desenvolvimento do aluno deve possibilitar:

- O replanejamento didático, visando garantir a efetividade do processo ensino-aprendizagem.
- A permanente informação ao aluno, quanto a seu desempenho ou em relação aos objetivos do currículo.
- O planejamento dos estudos de recuperação paralela, de acordo com as necessidades do aluno.
- O fornecimento de dados para a auto-avaliação da escola e informação a comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os instrumentos de avaliação são elaborados pelos professores e orientados pela supervisora Pedagógica, na utilização de testes, prova escrita, trabalhos em equipe e/ou individuais, pesquisas, seminários, debates, feira de cultura, podendo o professor selecioná-los de acordo com o currículo desenvolvido, a natureza da matéria e o tratamento metodológico estabelecido pelo professor. Na elaboração dos instrumentos de avaliação é levado em conta a fluência da criatividade e do senso crítico dos alunos em relação aos assuntos abordados.

Para apresentação aos pais é feita uma reunião para apresentação dos resultados pelos professores, supervisora pedagógica e diretora. Ao final de cada bimestre os resultados são apresentados aos pais por escrito, bem como as estratégias do plano de intervenção pedagógica. É garantido aos pais, em qualquer tempo, o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

As médias bimestrais e o resultado final dos anos iniciais são expressas em conceitos:

- **Conceito A** - alcançou suficientemente os objetivos de ensino propostos.
- **Conceito B** - alcançou parcialmente os objetivos de ensino propostos.

- **Conceito C** - com um pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de ensino propostos.

As médias bimestrais e o resultado final dos alunos dos anos finais são expressas em notas, no valor de 25 pontos por bimestre, total de 100 pontos anuais, divididas em provas, conceitos e trabalhos de pesquisa. Para aprovação o aluno deverá alcançar 50 pontos em cada disciplina.

A avaliação na Educação Infantil terá características diagnósticas de acompanhamento do processo contínuo que objetiva analisar a forma como a criança elabora o seu conhecimento e não terá caráter de retenção, nem de seleção das crianças, no sentido de constituição de turmas pretensamente homogêneas.

Os registros bimestrais e final da verificação do desempenho escolar será feito através de Fichas Individuais de Acompanhamento e Verificação da Aprendizagem para a Educação Infantil e para os Ciclos da Alfabetização e Complementar; para os anos finais será na Ficha individual do Aluno e Carteirinha Escolar.

8.1. Recuperação Paralela

A recuperação paralela deverá ser uma intervenção no processo educativo, com atividades de estudos que se desenvolverão ao longo do processo de ensino e aprendizagem, como uma nova oportunidade que leve o aluno ao desempenho esperado. Será proporcionada ao aluno com dificuldade de aprendizagem através de aulas, atividades, intervenção pedagógica, concomitante ou não, de acordo com a especificidade de cada situação, através de aulas com o professor recuperador e orientação individual, no momento em que o aluno apresentar deficiências. As atividades de reforço escolar serão elaboradas, a partir da análise das informações registradas nas fichas de avaliação e do Diário de Classe. É competência de o professor recuperador desenvolver atividades significativas e diversificadas capazes de levar o aluno a superar as dificuldades de aprendizagem. O professor regente de sala de aula acompanhará todo o processo de recuperação paralela e não poderá se eximir de realizar a recuperação contínua desde o início do ano letivo.

8.2. Progressão Continuada

A Escola adota a Progressão Continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, permitindo ao aluno avanços sucessivos e sem interrupções, nos anos de escolaridade/ciclos, nos termos da legislação vigente. A progressão continuada está apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Ao final de cada ano dos ciclos, a equipe pedagógica deverá proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos serão integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade. A concepção de progressão continuada não pode ser confundida com a de progressão automática.

8.3. Progressão Parcial

A progressão parcial é adotada nos quatro anos finais do Ensino Fundamental. Poderá obter a progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas e ficará retido no ano em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial. Para efeito da definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente dos anos em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno. O aluno concluirá o Ensino Fundamental somente quando obtiver a aprovação em todas as disciplinas inclusive naquelas em que se encontrar em regime de progressão parcial.

8.4. Classificação

O recurso da classificação servirá para posicionar o aluno no ano / ciclo em que corresponda a sua faixa etária e nível de conhecimento, em sua matrícula inicial, ou por transferência de outras escolas situadas no país e no exterior, ou por

avaliação independente de escolarização anterior, ajustando-o de acordo com suas experiências e seu nível de desempenho.

8.5. Reclassificação

O recurso da reclassificação constitui-se no reposicionamento do aluno no seu nível de estudo e pode ser feita quando ocorrer: avanço, aceleração, transferência indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino. A reclassificação define o período adequado ao prosseguimento de estudos do aluno, tendo como referência a correspondência idade/série e avaliação de competências nas matérias da Base Nacional Comum do currículo.

Para o aluno recebido por transferência oriundo de país estrangeiro, com ou sem documentação comprobatória de estudos, a reclassificação ocorre em qualquer época do ano letivo.

8.6. Plano de Intervenção Pedagógica

A escola no decorrer dos anos tem trabalhado, através de intervenções pedagógicas pautadas nos resultados das avaliações internas e nos descritores de menor desempenho das avaliações externas. A intervenção se dá de forma coordenada entre a diretora e o corpo docente da escola, visando propor alternativas eficazes para sanar as lacunas de aprendizagem dos alunos no decorrer do processo.

O PIP – Plano de Intervenção Pedagógica é elaborado para atender os alunos que demonstram uma grande dificuldade de aprendizagem, não correspondendo ao desempenho mínimo esperado. É uma estratégia de apoio à escola que garante acompanhamento, orientação e materiais didáticos necessários para que os professores reflitam sobre a prática educativa e possam elaborar atividades diferenciadas a fim de sanarem as dificuldades de aprendizagem dos alunos, desde a interpretação, leitura, leitura de imagens, operações, raciocínio lógico e ortografia. A melhoria do desempenho escolar é o centro de todas as metas e ações do PIP.

8.7. Avaliações Sistêmicas ou Externas

A Escola participa das avaliações sistêmicas ou externas do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Prova Brasil e Provinha Brasil) e do SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (PROALFA E PROEB). Os resultados destas avaliações são fundamentais para a elaboração do PIP – Plano de Intervenção Pedagógica, na descrição de ações e estratégias pedagógicas de acordo com a matriz de referência e dos descritores analisados, bem como o percentual do índice de proficiência alcançado em cada turma e devem ser considerados no planejamento didático.

8.8. Avaliação Institucional

A escola utiliza registros de avaliação institucional através de reuniões com a comunidade escolar para análise de sua atuação na gestão administrativa, pedagógica e financeira, buscando sugestões para sua melhoria. É feita uma pesquisa ao final do ano letivo com a comunidade escolar para verificar a aceitação do trabalho desenvolvido pela escola, cujo resultado é levado em conta para avaliar com a equipe de profissionais todas as atividades desenvolvidas durante o ano para replanejar as ações educativas para o período seguinte.

8.9. Avaliação do Projeto Político Pedagógico

A avaliação do PPP será desenvolvida de forma processual, interna e externamente ao espaço físico escolar. Toda a comunidade será mobilizada para as observações, acompanhamento e assessoramento em todos os âmbitos e aspectos, tendo em vista a realização efetiva do planejamento. Também se dará à medida que surgir necessidade de refletir e reestruturar do processo de execução, caso o mesmo não atenda a realidade educacional para correção das falhas apontadas.

Ao final do ano de 2010, será verificado o grau de alcance dos objetivos definidos e será feita a reavaliação das ações executadas, das necessidades e/ou dificuldades encontradas no processo, para novas propostas pedagógicas de ação.

9 - CONCLUSÃO

Este Projeto Político Pedagógico reflete os sonhos e ideais de todos representantes dos segmentos da escola: direção, corpo docente e discente, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, pais e outros que direta e indiretamente fazem parte desta escola. A qualidade de atuação da Escola Municipal Belmiro Batista Miranda não depende somente da vontade de uma ou outra pessoa, mas da participação conjunta de todos os interessados em oferecer um ensino de qualidade.

Atendendo à necessidade de tornar a Escola Municipal Belmiro Batista Miranda um lugar onde a aprendizagem aconteça de fato, durante todo o tempo escolar, este Projeto Político Pedagógico foi elaborado com a realização de muitas reuniões onde aconteceram muitas trocas de experiências entre todos os representantes da comunidade escolar. Será prioridade colocar este PPP em prática para se garantir uma educação de qualidade com ética e justiça social que se pretende ter nesta escola.

Consideramos de relevante importância a execução deste PPP, pois até aqui tem sido produtiva a experiência de aglutinar pessoas, idéias e ideais e de transformar os sonhos que desejamos em prol do desenvolvimento integral de nossos alunos.

Este PPP não está pronto e acabado, mas constitui-se num norte para seguirmos na construção de uma escola democrática que desejamos.

10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Almerindo Janela. [Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional.](#) Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 75, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br>
- AZEVEDO, J.C. **Escola cidadã: a experiência de Porto Alegre.** in: OLIVEIRA, D.A. e DUARTE, M.R.T. (orgs.), **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BARRETO, E.S.S. **Propostas curriculares oficiais**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995.

_____. **Tendências recentes do currículo no ensino fundamental no Brasil**. In: BARRETO, E.S.S. (org.), **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394 de 20/12/1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8.069 de 13/07/1990.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**, in *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979, p. 33-48.

[Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão](#), 1789, Artigo XXII.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de – UFG. **Gestão escolar democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua Implementação**. Escola de Gestores da Educação Básica.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**. Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 5ª Ed., 2004.

MINAS GERAIS – Secretaria de Estado da Educação – **Estrutura de Apoio às Escolas** – Programa Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 31-35 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte V)

NAVARRO, Ignez Pinto. **“Gestão da educação escolar”** - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: UnB/ CEAD, 2006, p.22

SOUZA, Ângelo Ricard. **Planejamento e trabalho coletivo**. Texto: **Caminhos Possíveis na Construção da Gestão Democrática da Escola**. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública)

TEIXEIRA, L.H.G. **Políticas públicas de educação e mudança nas escolas: um estudo da cultura escolar**. In: OLIVEIRA, D.A. e DUARTE, M.R.T. (orgs.), **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 177-190.